

5

Os primórdios da análise: uma panorâmica dos Educadores Ambientais

Procurando responder a questão de pesquisa parte-se de uma descrição dos personagens e seus percursos. Inicia-se com a apresentação de dados gerais, talvez até corriqueiros, como sexo e faixa etária, mas que aos poucos são aprofundados e colaboram na caracterização de um perfil do grupo de educadores ambientais. Entretanto, mantêm-se a preocupação de diferenciá-los quanto as suas particularidades.

O fato de algumas informações não estarem explícitas não impediram a realização de supostos que, a partir dos textos ocultos apontaram datas, eventos e personagens interrelacionados. Tal explicitação se deve, em parte, ao esforço de constituir um olhar exotópico⁴⁹ (Bakhtin, 2003). As referências *a posteriori* desveladas no próprio texto memorialístico também ajudaram a somar informações importantes e não-ditos que compõem o *corpus* de análise, a partir do debate de seus múltiplos significados.

A presente etapa de análise dos resultados está organizada segundo duas categorias gerais – TRABALHO E FORMAÇÃO. Entende-se a categoria trabalho, conforme explicitado no Capítulo 2 mas, para efeito desta etapa, vamos analisá-lo a partir do exercício de funções remuneradas e do trabalho voluntário, pensando as funções diretamente

49 A referência ao conceito de exotopia nos ajuda a construir a complexa relação pesquisador-pesquisado, isto é, pensar em que termos se dará esta interação, tendo em mente que *“em qualquer situação ou proximidade que esse outro que contemplo possa estar em relação a mim, sempre verei e saberei algo que ele, da sua posição fora e diante de mim não pode ver (...)”* (Bakhtin, 2003, p.21).

ligadas ao tripé da formação universitária – ensino, pesquisa e extensão, incluindo as diversas modalidades de bolsa de estudos - dentro da categoria formação.

Logo, inicio com o perfil geral dos educadores ambientais, apresentando e discutindo os dados do quadro 2 (pág. 217). Amplio apresentando as informações dos quadros 3, 4 e 5 – (Apêndices, págs. 219 - 232), respectivamente: os percursos da formação, a produção acadêmica e o trabalho em relação ao processo de formação.

Para organizar a apresentação das informações e dos enunciados destacados e, principalmente, objetivando manter em sigilo a identidade dos memorialistas, optou-se por apresentá-los a partir da numeração recebida quando da ocasião de recebimento dos textos.

5.1

Breve perfil do grupo estudado

No grupo preponderam as educadoras ambientais. São 17 mulheres e apenas 5 representantes do sexo masculino. Esta diferença numérica nos leva a uma comparação a partir do universo do trabalho visto que 17 profissionais exercem ou exerceram em algum momento de sua trajetória a profissão docente (em espaços formais de ensino), historicamente relacionada com a atuação feminina (Bastos, 2003; Mignot, 2003; Souza, 1996). Entretanto, apesar da maioria feminina, dos cinco representantes masculinos quatro também exercem função docente, 3 no ensino superior e 1 na educação básica.

Dos nossos 22 representantes, 11 se declararam casados na ocasião, 4 divorciados, 3 solteiros e 4 dispensaram a citação do estado civil.

A grande maioria (18) trabalha e reside nos estados do sudeste, especificamente: 12 no Rio de Janeiro capital, 4 no interior do estado de São Paulo e 2 em Vitória-ES. Temos uma representante do Mato Grosso do Sul, dois representantes do Rio Grande do Sul (interior) e uma do estado do Acre (temporariamente residindo no Rio de Janeiro). Apesar da

abrangência (4 regiões do país), há a concentração nos estados do sudeste, representando os limites da coleta de dados⁵⁰ ou, ainda, a concentração de trabalhos nesta região.

A faixa etária dos educadores ambientais está compreendida entre duas representantes de 25 e 60 anos. Há um educador ambiental com cerca de 50 anos, 12 educadores têm entre 40 – 45 anos e 7 educadores ambientais entre 30 - 37 anos. Tal diversidade etária forneceu certa abrangência temporal, por exemplo, ao incluir um grupo de atores que, recém-formados, iniciam seu percurso de pós-graduação e trabalho mas, ao mesmo tempo, também se encontram educadores ambientais com uma trajetória consolidada, com muita “história” para contar.

Quanto a aspectos da escolaridade interessou estabelecer se estes educadores passaram por algum tipo de formação pré-universitária diferenciada do Ensino Médio regular, isto é, se haviam cursado o normal médio ou algum curso técnico, o que poderia indicar o início de uma carreira mesmo antes da universidade. Dentre os 8 memoriais que fizeram referência à passagem pela escola, uma educadora ambiental indicou ter cursado o Técnico em Química concomitante ao Ensino Médio e 3 educadores passaram pelo curso normal médio, sendo um do sexo masculino. Aponto que quatro memoriais citam a passagem pelo Ensino Médio regular.

Em relação ao item “*principal ocupação atual em atividade remunerada*” verifico que 3 educadores ambientais revelam não possuírem emprego fixo no momento da redação dos memoriais, estando expostos a um regime de contratação temporária e de caráter esporso. Destes, dois revelam ocupação eventual no terceiro setor, em Organizações Não-Governamentais (ONGs). Os demais ocupam 25 atividades distribuídas entre a educação formal (15 educadores) e não-formal (10 educadores).

Dos educadores ambientais que mantêm ocupação na educação formal⁵¹, assim se distribuem quantitativamente pela educação superior e básica:

50 Coletados a partir de Congressos nacionais e regionais.

Tabela 1: Distribuição dos educadores ambientais com ocupação atual na educação formal.

Educação Superior		
Universidade pública	Estadual	2
	Federal	2
	Substituto	1
Universidade privada		3
Subtotal:		8
Educação Básica		
Escola pública Municipal	Educação de Jovens e Adultos - EJA	1
	2º segmento do Ensino Fundamental e Ensino Médio	2
Escola pública Federal	1º segmento do Ensino Fundamental	1
	2º segmento do Ensino Fundamental e Ensino Médio	2
Escola privada	2º segmento do Ensino Fundamental e Ensino Médio	1
Subtotal:		7
TOTAL:		15

No grupo de educadores ambientais que trabalham na educação pública municipal temos uma educadora que também pertence ao quadro da Secretaria Municipal de Educação, nível central, acumulando função em um Centro de Educação Ambiental.

51 Segundo a Lei 9.795 de abril de 1999 - Seção II - Da Educação Ambiental no Ensino Formal

Art.9. Entende-se por educação ambiental na educação escolar desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino público e privados, englobando:

I - educação básica:

a) educação infantil; b) ensino fundamental; c) ensino médio;

II - educação superior;

III - educação especial;

IV - educação profissional

V - educação de jovens e adultos.

Consideram-se significativas as atividades relacionadas com a educação não-formal, relatadas por 10 educadores ambientais. Tais ações se caracterizam como

“ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre a temática ambiental, e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio-ambiente, realizadas à margem das instituições escolares” (Lei Municipal de EA nº166/05).

Também podemos caracterizar o trabalho do educador ambiental em ações ditas não-formais, a partir do enunciado de uma educadora que se dedica a apresentar as diferentes modalidades de educação.

“ (...) alguns conceitos, sobre os quais não deteremos maiores análises, explicitam seus diferentes modos de efetivação como uma característica fundamental da conceituação de educação, denominando-os de: erudito/ formal (numa alusão ao ensino escolar, em sala de aula) e o não-formal (descrito para todos os tipos de público), em diferentes espaços possíveis para se praticar a compreensão - englobando os sentidos de discussão, reflexão, racionalização, conceituação - e transformação da realidade”. (MEMO 12)

Na tabela abaixo estão distribuídas estas ações de EA. Cabe apontar que em quatro casos os educadores também trabalham no ensino formal.

Tabela 2: Distribuição dos educadores ambientais com ocupação atual na educação não-formal.

Servidor público		
Federal	Fundação da área de Saúde (Fiocruz)	1
	Instituto de Meio Ambiente (IBAMA)	2
Estadual	Secretaria Estadual de Meio Ambiente (RS)	1
Municipal	Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Vitória)	1
Subtotal:		5
Contrato Precário de Trabalho		
Fundação Federal da área de Saúde (Fiocruz)		1
Organizações Não-Governamentais		3
Órgãos públicos em parceria com ONGs		1
Subtotal:		5
Total:		10

Nas tabelas 1 e 2 registram-se atividades baseadas na prestação temporária e ocasional de serviços, ou seja, de trabalhadores que não sendo absorvidos formalmente pelo sistema produtivo, estão a mercê da prestação de uma ampla gama de atividades para garantirem sua sobrevivência, conforme descrito no memorial de uma educadora que possui 10 anos de experiência:

“Na área de Meio Ambiente consolidei uma humilde referência profissional (...) tive experiências de trabalho das mais variadas, que acho importante citar algumas: educação ambiental formal e não-formal; relações com a comunidade; estudos e avaliações de impactos ambientais (meio antrópico); audiências públicas (organização, coordenação e realização executiva); planejamento em educação ambiental; elaboração, organização e coordenação de projetos e de metodologias específicas de educação ambiental, de eventos técnicos e para a comunidade em geral; e sistematização de resultados de reuniões, seminários e pesquisas, inclusive as de conotação quali-quantitativas de opinião.

*Propriamente em educação ambiental – numa designação geral a todas as citações anteriores – e em equipes interprofissionais, trabalhei junto aos setores de qualidade ambiental, saneamento básico, recursos florestais, recursos hídricos, legislação, educação ambiental à distância. (...) como **prestadora de serviço por consultorias**, trabalhei nas (e/ou para) seguintes instituições: Seama; Pref. M Vitória/Semmam; Museu Melo Leitão; Companhia Espírito-santense de Saneamento; Pref. M Serra/Secretaria de Meio Ambiente; Pref. M. Vitória/Secretaria Cultura; Futura Instituto de Pesquisas; Cepemar – Centro de Pesquisas do Mar; Pref. M. São Mateus; Citágua – Águas de Cachoeiro S/A; e Consórcio dos Rios Santa Maria da Vitória e Jucu”. (MEMO 12)*

Havendo outros registros como este nos memoriais interessou conhecer o trânsito ao longo da carreira por essas ações inseridas no universo da informalidade⁵², denominadas como *contrato precário de trabalho*⁵³, apesar de reconhecer que nem sempre há um único tipo possível de relação de trabalho, ou mesmo um contrato entre o trabalhador e a instituição privada, estatal⁵⁴ e/ou do chamado terceiro

52 “No âmbito da política econômica, formalidade e informalidade, cada vez mais, constituem-se mutuamente, de sorte que trabalho formal e informal, ou precarizado e não-precarizado, cada vez mais, estão combinadamente presentes nos mais diversos ramos produtivos e de serviços como é o caso, por exemplo, na educação superior” (Leitão de Souza, 2008, p.6).

53 A chamada reestruturação produtiva contemporânea cria e determina o crescimento de inúmeras formas de subproletarização do trabalho, por exemplo, o trabalho parcial, temporário, domiciliar, subcontratado, “terceirizado”.

54 “O contrato de trabalho para atendimento da necessidade temporária de excepcional interesse público é aquele celebrado por uma pessoa física que,

setor⁵⁵. Estes são aspectos importantes para o debate, visto que registram-se que dos 22 educadores ambientais 14 têm ou tiveram em algum (ou alguns) momento (s) de sua trajetória profissional uma relação deste tipo. Esta relação entendida como fruto de um processo mais amplo de oposição ao trabalho, reestruturação da produção e de reformas do Estado, e que será retomada oportunamente. Vejamos, como se apresentou esta distribuição considerando o período compreendido desde a graduação até o último relato dos memoriais referente ao mundo do trabalho.

Tabela 3: Distribuição dos educadores ambientais que apontaram, em algum momento da sua trajetória, contrato precário de trabalho.

Contrato Precário de Trabalho			
Instituição pública	Federal	Fundação da área de saúde (Fiocruz)	3
		Universidades – UFRJ, UFRS, UFES	5
		INCRA	1
		Museu de Astronomia - MAST	1
		Museu Mello Leitão	1
	Estadual	Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente de Vitória	1
		Universidade do Estado do RJ e Universidade Estadual Paulista	2 1
		Fundação CECIERJ	1

de forma pessoal, não-eventual e subordinada, aliena sua força de trabalho, em caráter precário e oneroso, a ente da Administração Pública Direta, Autarquia ou Fundação Pública'. (Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 37, Inciso IX, regulamentado na Lei nº 8.745, de 09/12/1993). "O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial da União, prescindindo de concurso público" (idem, Art. 3º).

55 Entende-se que "O primeiro setor é o governo, que é responsável pelas questões sociais. O segundo setor é o privado, responsável pelas questões individuais. Com a falência do Estado, o setor privado começou a ajudar nas questões sociais, através das inúmeras instituições que compõem o chamado terceiro setor. Ou seja, o terceiro setor é constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais, que tem como objetivo gerar serviços de caráter público". Fonte: <http://www.ethos.org.br/>. Acesso em 03/12/2008.

	Municipal	Secretaria de Meio Ambiente de São Vicente e de Vitória	1 2
		Escola Municipal no Mato Grosso do Sul	1
		Secretaria de Educação de Vitória (escola e equipe de EA)	1
Instituição privada		Universidade Católica	2
Terceiro Setor		ONGs	5
		Fundações	3
Total:			31

O trabalho voluntário⁵⁶ também foi indicado por 8 educadores ambientais que em momentos diversos de sua trajetória se envolveram com ações de trabalho não remunerado em ações diversas, apresentadas à posteriori.

Por fim, se destaca o perfil geracional onde agrupei os educadores segundo três faixas tendo como parâmetro principal o período declarado de ingresso no campo da EA, seja pelo envolvimento durante a formação, seja através do mundo do trabalho. Desta forma, se estruturam em:

- (i) Geração 1 quando ingressam em período anterior aos anos de 1980;
- (ii) Geração 2 quando o ingresso se dá entre 1981 e 1990 e
- (iii) Geração 3 para os que ingressam a partir de 1991.

Sendo assim, tem-se uma educadora da geração 1, sete pertencentes a geração 2 e quatorze educadores ditos da geração 3. Percebe-se que não há uma relação direta com a faixa etária ou formação, visto que muitos só se aproximam da EA após um período significativo de atuação profissional ou no momento em que optam pela pós-graduação. Há ainda, os que iniciam um diálogo com a EA logo no início do ingresso na universidade, seja através da extensão e/ou da pesquisa. Por exemplo, dividem a mesma geração alguns educadores ainda muito “jovens” no campo da EA, mas que já possuem uma trajetória significativa no campo da educação e uma faixa etária compatível e

56 O trabalho voluntário se caracteriza por não ser remunerado.

aqueles de menor faixa etária, recém saídos da universidade, mas que tendo se aproximado da EA via graduação já possuem uma significativa produção no campo.

O estabelecimento do perfil geracional relacionado com a trajetória de atuação como educadores ambientais objetiva conhecer melhor os interlocutores e verificar se existe um perfil de grupo, compartilhado entre eles. Ao estabelecer a qual geração de educadores cada sujeito está vinculado pretende-se compreendê-los em relação ao movimento da história da educação ambiental brasileira e verificar quais influências sociohistóricas estão presentes na gênese profissional.

Outro aspecto que se pretendia desenvolver, a origem sócio-econômica dos educadores ambientais, não pôde ser estabelecida com precisão em função da limitação destas informações, dos não-ditos tão marcantes nos memoriais.

5.2

Um olhar sobre os percursos da formação

Uma das características observadas a partir da análise do perfil geracional foi o interesse e o ingresso no campo da EA. Concomitante a esta observação foi construído um quadro (Quadro 3, pág. 219), cuja principal intenção era delimitar com maior precisão as escolhas, as etapas formativas e a cronologia de ingresso e conclusão nos cursos. Começava-se a pensar em questões como:

- i) confirmar-se-ia uma tendência em termos de formação inicial (FI)?
- ii) haveria uma preferência em termos de pós-graduação?
- iii) haveria um redirecionamento da trajetória a partir da pós-graduação (PG)?
- iv) existiria um fluxo contínuo ou um espaçamento entre a FI e a PG?

Na busca por respostas os dados foram organizados em relação a etapas formativas, onde incluiu-se o nome do(s) curso(s), a instituição e o período de ingresso e conclusão, assim subdivididas:

- i) etapa pré-universitária, destacando a década dedicada a Educação Básica e apontando o curso do período anterior ao ingresso na graduação, além de informações outras destacadas por um pequeno grupo de memorialistas;
- ii) formação inicial, caracterizada pelo (s) curso (s) de graduação, disposto(s) em ordem cronológica a partir do ingresso;
- iii) curso de especialização e também curso (s) de curta duração;
- iv) mestrado;
- v) doutorado e pós-doutorado.

As informações revelaram a opção dos memorialistas por desconsiderar informações sobre a Educação Básica. Há muitos silêncios nos memoriais sobre o período chamado de pré-universitário, a exceção de seis educadores que optam por adensar suas narrativas apresentando a relação entre suas escolhas em termos de carreira e os passos iniciais, desejos e possibilidades pensados a partir de suas lembranças da passagem pela escola. Em outros memoriais (3) a passagem pelo Ensino Médio é apenas mencionada.

A trajetória pela Educação Básica está inserida em períodos diversos. Encontram-se dois educadores que a cursaram nos idos de 60, oito ao longo dos anos 70, cinco nos anos 80 e apenas uma educadora freqüentou os bancos escolares nos anos 90. Têm-se também dois grupos intermediários – entre os anos 70/80 e anos 80/90, com 3 educadores em cada um.

Em relação à Formação Inicial (FI) todos os memoriais, sem exceção, narram a passagem pela graduação, obviamente com níveis distintos de aprofundamento. Destaco as opções exclusivas pelo bacharelado apresentada em 6 memoriais e pela licenciatura em 8 memoriais. Oito educadores ambientais narram a conclusão do bacharelado e da licenciatura, em concomitância (7 casos), com o bacharelado aparecendo em primeiro lugar na perspectiva cronológica.

Há apenas dois exemplos em que ocorrem diferenciações: no primeiro caso, a licenciatura é realizada antes do bacharelado (M14) e, no segundo caso não há concomitância, pois a educadora (M3) termina o bacharelado, inicia o mestrado e no último ano deste reingressa à universidade para cursar a licenciatura, indicando uma reformulação em sua trajetória formativa.

Dentre as universidades escolhidas para a Formação Inicial temos as seguintes opções, na tabela abaixo:

Tabela 4: Distribuição dos educadores ambientais pelas universidades na formação inicial.

Universidades públicas		
Federais	UFRJ	8
	UFRRJ	2
	UNIRIO	1
	UFF	- (1)
	FURG	1
	UFES	1
Estaduais	UNESP	1
	UNICAMP	1 (1)
	USP	1 (1)
Universidades privadas		
FFCL Farias Brito	1	
UNIMEP	- (1)	
Universidade Católica de Salvador	1	
FFCL Itapetininga	1	
NÃO-DITO	3 (2)	
TOTAL:		22 (6)

NOTA: Os cursos indicados entre () não foram concluídos.

A grande maioria das universidades compõe o leque das instituições públicas de ensino superior, indicando não só a preferência de nossos interlocutores pelas universidades federais (6) e estaduais (3),

mas a possibilidade de acesso via seleção do vestibular e a permanência, já que os cursos são tradicionalmente mais disputados, mas também representam maior dificuldade de permanência, principalmente para alunos trabalhadores.

Ao fazer o levantamento dos cursos selecionados para o ingresso na graduação destacamos, em primeiro lugar a grande variedade de escolhas. São áreas diversas, espalhadas por 13 cursos distintos. Destes, apenas 8 são concluídos, os demais fazem parte do rol de desistências da etapa de graduação demonstrando o quanto este período de escolhas pode guardar incertezas sobre que caminhos seguir. A partir desta análise também se pôde verificar as causas para a não conclusão de alguns cursos, como nos exemplos abaixo:

“(...) ainda no início da década de 80, tive a oportunidade de iniciar estudos em duas graduações (Administração de Empresas e Educação Física); porém, a primeira, por motivo da impossibilidade de conciliar os horários de estudo com os de trabalho, e a segunda, por motivos financeiros, não foi possível concluí-las”. (MEMO 22)

“Meu primeiro vestibular, Relações Públicas, aconteceu ainda antes da radicalização do enfrentamento pelo direito de estudar fora. Não tinha nenhum interesse no curso o que muito me estimulou a esse enfrentamento. Abandonei o curso no início e depois de um ano de cursinho, já decidida a cursar psicologia, entrei em segunda opção em Ciências Físicas e Biológicas na XXX de Ribeirão Preto. Não era o que queria, mas a faculdade era já supervalorizada. Entrar na XXX e não cursar era incompreensível para todos e eu acabei aceitando essa lógica. Nesse meio tempo minha família mudou-se também para Ribeirão Preto e depois de alguns meses desisti do curso no dia em que resolvi ficar em casa lendo um livro de ficção no dia de uma prova de química... Novo enfrentamento, desta vez mais radical, e fui estudar em São Paulo. Cursinho e trabalho. Vestibulares”. (...) Mas... veio o casamento e fui para a Bahia - impossível resistir a essa tentação nos anos 70! Vestibular na Bahia, psicologia, e a volta para São Paulo. Os filhos e muitas mudanças me levaram a adiar meus projetos até que em 1980 iniciei o curso de psicologia na XXXXX. Novamente compromissos familiares, em especial com os filhos, me obrigaram a novas escolhas: morar em Itapetininga. Transferia-me do curso de Psicologia da XXXXX para o curso de Pedagogia de uma faculdade privada em Itapetininga. O curso não me trazia nenhum estímulo, mas, mais madura, consegui ir até o fim para garantir um diploma e então resolver o que fazer”. (MEMO 13)

As narrativas demonstram causas sócio-econômicas para o abandono dos cursos que vão das dificuldades do aluno trabalhador,

além do pouco interesse despertado pelos cursos aos impedimentos causados por questões familiares.

Os cursos de graduação e suas modalidades estão assim distribuídos entre os participantes da pesquisa:

Tabela 5: Distribuição dos educadores ambientais pelos cursos de graduação.

<i>CURSO</i>	<i>MODALIDADE</i>	<i>MEMORIAIS – CURSOS CONCLUÍDOS</i>	<i>MEMORIAIS – CURSOS NÃO CONCLUÍDOS</i>
Ciências Biológicas	Bacharelado em Ciências Biológicas	M14, M16, M18	(M13)
	Bacharelado em Ecologia	M1, M3, M5, M8, M9	
	Bacharelado em Biologia Marinha	M1	
	Bacharelado em Biomedicina	M4	
	LICENCIATURA	M1, M2, M3, M4, M5, M6, M8, M10, M14, M15, M16, M17	
Letras	LICENCIATURA	M22	(M7)
Física	Bacharelado		(M6)
Pedagogia	LICENCIATURA	M7, M13	
Geografia	Bacharelado	M11	(M15)
	LICENCIATURA	M11	
Serviço Social	Bacharelado	M12	
Relações públicas Psicologia	Não-dito		(M13)
Agronomia	Bacharelado	M19	
Comunicação	Bacharelado	M20	
Ciências Sociais	Bacharelado	M21	
Administração Educação Física	Não-dito		(M22)
TOTAL:		31	(6)

Dos cursos escolhidos para a graduação, Ciências Biológicas foi o de maior ingresso. Distribuído por 4 diferentes modalidades de bacharelado – Biologia Geral, Biomedicina, Biologia Marinha e Ecologia -

e ainda a licenciatura, o curso foi freqüentado por 14 dos 22 educadores. Destes, cinco optaram por cursar somente a licenciatura. Outra educadora fez dois bacharelados – Bio Mar e Ecologia, além da licenciatura. Dois educadores ambientais cursaram somente o bacharelado - em Ecologia e Biologia Geral. Sete cursaram um bacharelado e a licenciatura em Ciências Biológicas.

No curso de Geografia temos uma educadora que cursa o bacharelado e a licenciatura. Nos demais cursos temos 4 bacharelados – Serviço Social, Comunicação, Agronomia, Ciências Sociais - e duas licenciaturas – Pedagogia e Letras.

A diversidade de áreas e cursos demonstra a abrangência da formação inicial dos educadores ambientais. Apesar da grande preferência ser as licenciaturas – opção de 16 educadores ambientais (e a licenciatura em biologia, em particular), a formação não está restrita a esta área do conhecimento, mas abrange áreas distintas como agronomia e ciências sociais.

Ao levantar o ano de entrada e saída da graduação verificou-se que a grande maioria dos graduandos concluiu o curso dentro do previsto, isto é, 4 anos. Um indica a conclusão em 5 anos – quatro com o bacharelado mais um de licenciatura (M16). Entretanto, nesta análise verificamos também os não-ditos, onde 4 memoriais não revelam explicitamente o período de curso, seja pela ausência da data do ingresso, seja pela ausência da data de conclusão, indicando talvez a vontade de não revelar tais informações. Destacamos um memorial, onde apesar do silêncio sobre a data de conclusão, durante a narrativa o autor aponta a dificuldade de permanecer no curso e de cumprir o estágio previsto para a graduação por não contar com auxílio financeiro.

“Por motivos financeiros (não foi fornecida qualquer bolsa ou ajuda de custo), após 5 meses de trabalhos de campo e análise do material, meu desligamento foi inevitável”. (MEMO 18, referindo-se a um dos estágios durante a graduação).

Revela-se uma questão importante, que reaparece nesta análise, entre a necessidade de trabalhar para se manter e as exigências do curso em uma universidade pública, que deveria atender justamente a esta classe social. Trata-se de um aluno que se vê forçado ao mercado de trabalho e que tem dificuldades para conciliar o horário integral - disciplinas, estágios, horário para estudo etc - , isto é, a necessidade de uma dedicação exclusiva incompatível com a jornada de trabalho como securitário em uma grande empresa de seguros.

“Alguns semestres foram perdidos devido à incompatibilidade de significados que me traziam as duas tarefas”. (MEMO 18)

Durante sua narrativa, este educador apontou o não cumprimento do padrão de 4 anos para a graduação, não só justificando suas dificuldades, mas revelando uma contradição em relação a universidade pública.

Outra etapa formativa analisada se refere a Pós-graduação *lato sensu* – especialização (360 horas, o que representa um investimento de cerca de dois anos para a conclusão do curso) – e a cursos de curta duração destacados pelos memoriais. Seis fazem opção por um curso de especialização e 4 narram a passagem por cursos de curta duração. Tanto M4, quanto M17 fazem uma dupla opção.

Observando os dados verifica-se a menção a cursos de especialização que se voltam especificamente para a área ambiental. Entretanto, são nos cursos de curta duração que aparecem os primeiros indícios nestes memoriais (M12 e M17) de aproximação da Educação Ambiental, em ambos os casos em cursos de instituições federais - Ministério de Meio Ambiente – MMA e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA, órgãos responsáveis pela implementação das políticas públicas de Meio Ambiente e de Educação Ambiental. No caso destes cursos em parceria com universidades federais – UFSC e UFES.

Tabela 6: Distribuição dos educadores ambientais pelos cursos de especialização e de curta duração.

MEMORIAL	ESPECIALIZAÇÃO Local/ Período	CURSOS DE CURTA DURAÇÃO/ Local/ Período
M1	Ensino de Ciências – Universidade Federal XXXX (1998 – 2000)	
M4	Teoria e Práxis de Meio Ambiente – Instituto XXX (início em 1997)	Vigotsky – UFFX (1997); Contadores de História - com Mônica Lepri; Saúde e Meio Ambiente, Res íduos Sólidos – ambos na XXX – (1998)
M7		Alfabetização – Telma Weiss/ Escola da Vila
M12		Capacitação em Educação Ambiental – Universidade Federal XX/IBAMA (1992)
M13	Educação Pré-Escolar – Instituição privada (início em 1985)	
M16	Ecologia e Recursos Naturais – Universidade Federal XXX/IBAMA (1995 – 1997)	
M17	Gestão e Manejo Ambiental – Universidade Federal de XXX (2000 a 2002)	Curso à Distância de Educação Ambiental – Ministério do Meio Ambiente/UFFX e Curso de Gestão Ambiental do IBAMA (2003)
M21	Planejamento Ambiental – Universidade Federal XXX (1990 – 1992)	

Dos oito educadores ambientais que optaram pela formação continuada nenhum estabelece uma ruptura radical com sua área de formação e de atuação profissional. A exceção fica por conta da graduada em Ciências Sociais que realiza um curso de planejamento ambiental, cujo foco é a gestão, mas tal opção se deve ao fato de ingressar no IBAMA no exercício de funções administrativas em uma área de Proteção Ambiental (M21). Com relação aos demais, constata-se que optam pela educação ou pela educação ambiental. Neste último caso, temos cinco exemplos de aproximações da área (M4, M12, M16, M17 e M21).

A partir do diálogo com os memoriais, verificou-se que alguns destacam suas necessidades e objetivos de, estando na escola, fazer

dela seu objeto de estudo (M1) ou se aprofundar em algum aspecto da docência que despertava maior interesse (M13), ou ainda, buscar novos rumos no campo de trabalho (M7, M16). Um destaque deve ser dado à educadora ambiental (M17) que, após cursar o mestrado, refaz seu caminho de atuação profissional e, conseqüentemente, opta por cursos que a aproximem da área escolhida. Destaco alguns enunciados representativos, abaixo:

“Depois de alguns anos no exercício da atividade docente, cursei, entre 1998 e 2000, a Especialização em Ensino de Ciências da XXX. Escrevi minha monografia a partir da análise de diversos fatores - ligados ao ensino de Ciências, (...). Este trabalho foi, para mim, um exercício de relacionar a teoria, adquirida nas leituras, ao cotidiano da sala de aula de Ciências”. (MEMO 1)

Em suas trajetórias formativas a próxima parada é o curso de mestrado, uma unanimidade entre nossos memorialistas. Todos passaram ou narram a expectativa eminente de ingresso no curso *Stricto sensu* (M9, M12, M14, M16). No caso destes candidatos ao mestrado as opções são feitas para os cursos de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social do EICOS/UFRJ (M9) e Educação na UFES (M12 e M16) e UFRS (M14).

Comparando os dados organizados na tabela sobre a graduação (TABELA 5) e na tabela sobre o mestrado (TABELA 7), verifica-se que há um trânsito da área biológica para a educação. No mestrado a preferência se faz pela área educativa, com a manutenção de algumas escolhas anteriores, via especialização, acusando uma possível aproximação da EA.

Entretanto, ainda há aqueles que não manifestam uma aproximação da EA, a exemplo de M17 e M19, que seguem no mestrado uma trajetória formativa relacionada com suas graduações, respectivamente, Biologia e Agronomia, optando a primeira pelo mestrado em Botânica⁵⁷ e o segundo pelo curso de Desenvolvimento Agrícola. Mas,

⁵⁷ Esta educadora ambiental vai se aproximar da área via cursos de curta duração e o seu trabalho na escola de Ensino Fundamental e Médio, entretanto, ela já havia cursado o mestrado antes dos referidos cursos e do ingresso no magistério.

se para a primeira educadora esta não foi uma experiência de transição, para o segundo caso as vivências do mundo do trabalho e o ingresso no mestrado, resultaram em mudanças significativas em suas opções.

“O mais importante é que esta experiência levou, paulatinamente, à desestruturação da "cabeça de agrônomo" (forma amistosa como brincavam os colegas sociólogos do mestrado), ou seja, representou uma ruptura com a minha formação na área tecnológica. Hoje constato que meu primeiro emprego viria a marcar profundamente o resto da minha vida, devido aos seus desdobramentos”. (MEMO 19)

Tabela 7: Distribuição dos educadores ambientais pelos cursos de mestrado e instituições.

CURSO DE MESTRADO	INSTITUIÇÃO	MEMORIAIS
EDUCAÇÃO	FE/UFF	M1 e M2
	FE/UFRJ	M11 e M18
	FE/PUC-RJ	M4, M6, M8 e M21
	FE/PUC-SP	M15
	FE/UFMG	M5
	FE/UFSCar	M13
	IESAE/FGV	M20
	Não-dito	M10
	Bank Street College – NY (validado como Mestre em Ciências da Educação/USP)	M7
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Programa de Pós-Graduação em EA/FURG	M22
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	Faculdade de Filosofia e Letras/PUC-SP	M7 (não conclui)
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE	Instituto de Ciências Humanas e Sociais - CPDA/UFRRJ	M19
Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – Programa EICOS / UFRJ	Faculdade de Serviço Social/UFRJ	M3
BOTÂNICA	Instituto de Biologia/UFBA	M17
Total		18

Verifica-se que se mantém a prevalência de cursos de pós-graduação em instituições públicas (7), contra apenas 4 em instituições

privadas. Todos cursam o mestrado dentro do tempo esperado de dois anos, com exceção de M19 que cursa em 4 anos e M18 que ainda estava cursando. O Memorial 10 não explicita nem o tempo de integralização do curso, nem a instituição a qual se está filiado.

Uma das narrativas aponta o abandono do mestrado em função da necessidade de acompanhar o marido, o que resulta em uma mudança significativa na escolha de curso e onde sobressai a oportunidade do cônjuge em detrimento da sua própria formação, conforme reportado em seu enunciado:

“Meu projeto apresentado no Mestrado em Psicologia da Educação na XXX tinha por tema a formação de conceitos científicos, com referencial teórico na Psicologia Soviética. Cursei as disciplinas básicas do primeiro ano, de pesquisa, da área da Psicologia da Educação e do Núcleo Desenvolvimento e Aprendizagem (...). Interrompi o mestrado para acompanhar meu marido em seu doutorado no exterior, com planos de retomar os estudos de pós-graduação assim que possível. Tal retomada deu-se através do Curso de Educação em Museus, (...), na qual ingressei em 1994”.(MEMO 7)

O ingresso no curso de mestrado significa para alguns educadores ambientais, afastados dos bancos universitários por um tempo significativo, a possibilidade de retorno à formação. Este retorno, por motivos particulares a cada sujeito, está exemplificado, abaixo. A educadora, que tendo concluído a graduação em 1984, só retomará os estudos em 1999, isto é, após 15 anos de exercício profissional.

“Após buscas sobre cursos de pós-graduação nesta área, descobri que a Universidade XXXX oferecia um mestrado em Educação com um campo de confluência denominado ‘Ciência, Sociedade e Educação’ e prontamente me interessei. Descobri isto ao final de 1997, porém só ingressei no referido curso em 1999, pois, para mim, também não foi muito fácil recuperar o vácuo deixado em minha formação devido aos anos de afastamento do meio acadêmico. (...) Voltar a estudar foi um grande prazer”. (MEMO 2)

O segundo motivo de ingresso na pós, mostra uma motivação relacionada com sua prática de educadora, desta feita, o ingresso no mestrado representa a possibilidade de problematizar e responder questões do seu cotidiano.

“Entrei para o mestrado da XXX trazendo um problema observado em anos de prática pedagógica no segmento de ensino no qual trabalho. Um grande problema que eu vivenciava enquanto professora/coordenadora pedagógica de uma instituição pública federal de ensino era a dificuldade de empreender ações que contribuíssem efetivamente para uma reflexão sobre os problemas ambientais, dentro do contexto escolar”. (MEMO 2)

Dos 18 mestres, 15 dão continuidade aos estudos através do doutorado, sendo que um deles (M22) ainda se encontrava em processo de seleção, quando da escrita do memorial. Um dos educadores estende sua formação ao pós-doutorado no exterior, dando continuidade aos estudos iniciados no mestrado, todos diretamente relacionados com a EA. Destaco um enunciado que avalia o objetivo do ingresso no curso de doutorado:

“Em 1997, já como docente do quadro permanente (...), iniciei o processo de doutoramento em serviço social (...).

*A escolha pelo curso se deu não somente pela elevada conceituação deste na Capes e prestígio na América Latina, mas também por estar procurando ampliar meus conhecimentos em Teoria Social e Teoria Política. Com isso, objetivava **consolidar uma trajetória acadêmica diversificada, com início na biologia, entrando na educação, qualificando-me em ciências sociais aplicadas, e permeada pela filosofia, condição que me permitiu dialogar e conhecer com relativa profundidade teórica campos variados do saber e ciências distintas.** Esse percurso foi intencional exatamente para propiciar um “salto qualitativo” na construção da denominada visão de mundo integradora, tão afeta ao discurso ambientalista, superando um dos equívocos mais comuns entre ambientalistas ou críticos destes que distorcem o sentido da categoria ambiente: o reducionismo biológico, típico de quem ignora a dinâmica social; e o reducionismo sociológico, típico de quem ignora por completo a dinâmica ecossistêmica da base de sustentação da vida planetária”.(MEMO 8)*

Sem desconsiderar a possível inserção da EA através de disciplinas nos demais cursos de pós-graduação⁵⁸ mencionados, é importante apontar para a especificidade do curso de pós-graduação

58 Não se considera, entretanto, a possível inserção de disciplinas nos cursos de graduação, visto estas não serem citadas pelos educadores ambientais que, possivelmente, não chegaram a se beneficiar da Lei Federal nº 9795 de 1999, mesmo aqueles que chamamos de terceira geração de educadores ambientais, ou talvez não tenham considerado esta informação importante para o memorial.

Mestrado e Doutorado da Universidade Federal do Rio Grande⁵⁹ que figura na formação de um dos educadores ambientais.

Tabela 8: Distribuição dos educadores ambientais pelos cursos de doutorado e instituições.

<i>CURSO de DOUTORADO</i>	<i>INSTITUIÇÃO</i>	<i>MEMORIAIS</i>
Educação	FE/UFF	M3 e M6
	FE/UFRJ	M1
	FE/PUC-RJ	M4 e M20
	FE/UFMG	M5
	Fac. Filosofia e Letras/UNESP e doutorado sanduíche no Instituto de Educação da Universidade de Londres	M7
	Pedagogia da Biologia/Univ. Católica de Louvain	M15
	FE/UNICAMP	M13
	UNIMEP (não concluído)	
Educação Ambiental	Programa de Pós-Graduação em EA/FURG	M22
Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social	EICOS/UFRJ	M2, M17 e M21
Serviço Social	Faculdade de Serviço Social/UFRJ	M8
Ciências Sociais	IFCH/UNICAMP	M19
Total		15
<i>PÓS-DOUTORADO</i>	<i>INSTITUIÇÃO</i>	<i>MEMORIAIS</i>
EA e representações sociais	Universidade de Genebra	M15

À exemplo do que ocorre no mestrado (14 educação e 1 em EA), o curso de doutorado em educação é o preferido, com 9 ingressantes. Os

⁵⁹ Único Programa de Pós-graduação em EA a oferecer o curso de mestrado e doutorado no país. O primeiro iniciado em 1995. (Informação da Plataforma Lattes/CNPq).

outros sete educadores apresentam outras escolhas em áreas correlatas - Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social e, distintas - Ciências Sociais (Desenvolvimento Agrícola) e Serviço Social. A preferência pela inserção na área de educação será discutida adiante, a partir dos enunciados dos educadores ambientais e da tentativa de compreender suas trajetórias profissionais.

Mas, já se pode determinar que, ao ingressarem no doutorado e no pós-doutorado, seus rumos já estão entrelaçados à EA, seja pela inserção através dos cursos de formação, seja pelas oportunidades e/ou escolhas de trabalho, seja pela união de ambas as dimensões. À exceção da educadora (M13) que opta pelo ingresso na EA somente a partir de mudanças diversas, dentre elas, das ações de trabalho, o que influenciou também nos rumos do seu doutorado, época em que se definirá pela EA.

“Submeti-me então a um concurso público na Universidade (...) para atuar junto ao Curso de Ciências Biológicas (...). Reiniciar minhas atividades profissionais em uma nova instituição e em novas disciplinas (além de uma nova vida com mais uma mudança de cidade e o fim de mais um casamento), senti necessidade de reiniciar meus estudos de pesquisa em outra área por entender que a pesquisa na universidade tem muito mais sentido quando articulada às necessidades de ensino e de extensão. Desta forma, busquei uma alternativa para minhas atividades de pesquisa que tivesse mais próxima das minhas atividades de professora de um curso de ciências biológicas. (...). No processo de decisão da mudança de área de pesquisa também foi importante avaliar minha identificação pessoal-profissional com um tema que garantisse essa articulação, decidi então iniciar estudos em educação ambiental”. (MEMO 13)

5.3

Produção acadêmica – o ensino, a pesquisa e a extensão

Neste ponto da apresentação dos resultados iremos destacar o cruzamento de informações e ampliar nosso olhar sobre as trajetórias de nossos interlocutores, fazendo o movimento de ir do particular ao todo.

Ao analisar o que defini como a produção dos educadores ambientais (Quadro 4), a partir do levantamento de todas as narrativas sobre as *ações de ensino, pesquisa e extensão*, que constituem o tripé

do ensino universitário, distribuídas ao longo das etapas formativas, traçou-se não só um panorama geral das realizações acadêmicas dos educadores ambientais, como também se tornou possível delimitar em que momento se deu o contato inicial e o despertar do interesse pela EA. A partir daí, foi também possível interrelacionar a produção com as demandas do mundo do trabalho.

Na tabela abaixo, destacam-se apenas as ações que, segundo os narradores, estão relacionadas com sua inserção inicial na educação ambiental. Analisando-a conseguimos observar a produção no curso de graduação – bacharelado e licenciatura. Nos espaços onde não constam informações estão os educadores que não cursaram a modalidade, que descrevem iniciativas que não possuem relação com a EA, ou ainda, os não-ditos característicos de nosso material de análise.

Tabela 9: Apresentação das ações de EA desenvolvidas durante o curso de graduação.

MEMO	BACHARELADO	LICENCIATURA
1	Não-dito	Grupo de estudo com alunos do curso e ações de EA com crianças da comunidade.
4	Estágio em Educação e Meio Ambiente no Grupo PET- CAPES. Na extensão desenvolve atividades de EA como Conselheira do curso de Biologia.	Projeto de extensão universitária, realizado na comunidade rural de Eldorado Paulista, com o tema água, verminoses e etc. Estágio de Prática docente: Projeto do Jogo didático de Ecologia .
5	Estágio em projeto de extensão na universidade - Monografia - Manguezal: subsídio para projeto de EA. Estágio como bolsista de aperfeiçoamento.	Não-dito
8	Estágio em Projeto de Extensão - EA e grupos marginalizados, parceria com o Departamento de Sociologia e na Faculdade de Educação.	Não-dito
9	Estágio de IC com Antropologia Biológica (Museu) e com Indicadores de sustentabilidade ambiental em Unidades de Conservação.	
11	Monografia do curso: A construção do conceito de Espaço e Meio Ambiente entre professores do Ensino Fundamental.	Não-dito
14	Grupo de discussão – Atividades de Formação Integradas ao Meio. Final da graduação - Extensão - Universidade Solidária na Amazônia.	Estágio de IC - EA nas escolas públicas de Campinas com Bolsa PIBIC/CNPq com o Projeto: Diagnóstico sobre a percepção de ambiente da comunidade escolar. Elaboração de plano de ação em EA.
16	Cursos de “Ecologia Humana” e sobre “Manejo de Bacias Hidrográficas”.	Não se aproxima da EA

17		Estágio na Pró-reitoria de assuntos comunitários no Programa de MA – Projeto: EA nas escolas públicas na Universidade e na Chapada Diamantina.
18	Estágio em Centro de Educação Ambiental da Secretaria de MA e Monografia - Contribuição para o diagnóstico sócio-ambiental do manguezal do Jequiá.	
21	Estágio de IC em Comunidade de Pescadores – Bolsa do CNPq. Extencionista – Atafona. Aperfeiçoamento – CNPq – Caiçaras de Trindade. Estudo dos conflitos socioambientais em áreas de preservação ambiental.	
22		Estágio na Assessoria de Comunicação Social no Jornal da Universidade como bolsista – Entrevista com Educadores Ambientais e artigos sobre EA.

Na graduação são relatadas mais experiências de EA relacionadas com atividades fora do ensino, no bacharelado (9), do que com a licenciatura (5), apenas um deles nas duas modalidades (M14).

Do grupo investigado, doze tiveram o seu primeiro contato com a EA através da graduação, com oportunidades múltiplas e que em alguns casos envolveram mais de uma alternativa:

(i) através da **pesquisa**, no desenvolvimento de estudos para a elaboração da monografia (M11 e M18), na inserção em projetos de investigação com bolsas de Iniciação Científica (IC), Aperfeiçoamento do CNPq e PET/CAPES (M4), com um total de seis bolsistas e ainda, duas educadoras que participaram de grupo de “*estudo*” (M1) e “*discussão*” (M14), com colegas do curso que resultaram em ações de EA;

(ii) através do **ensino**, com apenas três relatos de ações relacionadas com a EA, um no estágio da Prática Docente (M4), o segundo ligado à extensão relativo a um projeto desenvolvido em uma escola pública (M8), o último, onde o contato inicial ocorreu através da participação em mini-cursos durante eventos da graduação (M16);

(iii) pela **extensão**, seis educadores destacaram a passagem pela extensão, em projetos diversos, ligados a universidade ou em parcerias com outras instituições públicas.

Apesar de todos os licenciandos terem por obrigatoriedade o cumprimento do estágio de Prática de Ensino (ou Prática Docente, dependendo da denominação dada pela instituição), somente um estabelece relação entre EA e escola. Esta educadora teve a oportunidade de desenvolver uma ação que, segundo ela, estava relacionada com a sua concepção de EA (elaborou um material didático sobre Ecologia para serem usados pelos professores da escola pública), ainda em uma etapa inicial da formação, no exercício do estágio da formação de professores.

Logo, outras experiências parecem ter sido mais propícias à inserção dos educadores nesta área, como a relacionada à pesquisa e à extensão. A pesquisa foi a mais representativa, conforme indicado por várias narrativas. Desenvolvida em grupos ou na interação particular com um orientador, foi um aspecto central da formação e serviu para ampliar o desenvolvimento dos então graduandos e pós-graduandos.

“Em 2 anos de trabalho na Fundação (...), aprendi o quão enriquecedor é o debate e a cooperação com pesquisadores de outras áreas, o que me fez aprofundar estudos e investigações acerca do tema “Interdisciplinaridade”. Outra contribuição ímpar deste estágio no meu desenvolvimento intelectual foi a descoberta das Ciências Sociais como parceria fértil e necessária no campo das práticas e da pesquisa educacional”. (MEMO 5)

“Em 1982 fui bolsista de iniciação científica pelo CNPQ com o projeto “Alteração e Persistência em Trindade” e no ano seguinte fiz aperfeiçoamento com o projeto “Religião em Trindade”, onde busquei analisar as adaptações realizadas por uma comunidade de caiçaras do sul do Estado do Rio de Janeiro, que após uma luta vitoriosa de oito anos pela reconquista da posse da terra, perdida para uma multinacional, reestruturava-se econômica e socialmente incorporando novos hábitos e valores dentro de um rígido código de crenças”. (MEMO 21)

“Os trabalhos no Jequiá consistiam em desenvolver atividades de educação ambiental com crianças, jovens e adultos da Colônia de Pescadores Z-10 localizada no bairro do Zumbi, em uma área em cujo entorno localizava-se o manguezal do Jequiá, um dos remanescentes deste tipo de vegetação na Baía de Guanabara. (...)

Os trabalhos no Jequiá deram origem a monografia de final de curso intitulada Contribuições para um Diagnóstico Sócio-Ambiental do Manguezal do Jequiá onde foram colhidas, através de entrevistas, as percepções dos pescadores mais antigos sobre o meio ambiente local, às condições de pesca anteriores e seguintes ao processo de urbanização da Ilha do Governador, com o objetivo de conhecer as formas de relação da comunidade com os ecossistemas associados à região do estuário do rio Jequiá.” (MEMO 18)

A pesquisa, realizada em diversos momentos da formação, contribuiu para a produção de diversos estudos sobre uma ampla diversidade de temas, que vão desde o debate sobre a EA na escola, sobre a formação e concepções dos professores, sobre a diagnose sócioambiental em espaços e comunidades diversas, dentre outros. Analisando a tabela que apresenta os temas e/ou títulos das pesquisas podemos visualizar esta diversidade de escolhas dos memorialistas.

Tabela 10: As pesquisas em EA desenvolvidas ao longo da formação.

PESQUISAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESENVOLVIDAS AO LONGO DA FORMAÇÃO			
ME MO	FORMAÇÃO INICIAL e ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO Pós-doutorado
1		Transposição didática do conceito de teia alimentar em LD de Ciênc. da 5ª série do EF. GP Ensino de Ciências – UFF.	A inserção da EA nos currículos do EF no Brasil.
2		Reflexão sobre problemas ambientais no contexto escolar. Complexidade dos problemas socioambientais.	Sistemas ambientais, complexidade e EA. Ecologia social no contexto da Educação Básica.
3		Educação não-formal Conhecimento Científico e cotidianos em EA e desenvolvimento comunitário.	Educação em Ciências. Identidade e percursos de licenciandos na Prática de Ensino. Fronteiras universidade-escola na construção da identidade profissional.
4	Não-dito	Representações do Educador Ambiental e suas histórias de vida e valores.	Formação do juízo moral do Educador Ambiental – o cognitivo e o afetivo.
5	Monografia do BACHARELADO: Manguezal: subsídio para projeto de EA.	Papel da escola na EA: experiências e perspectivas de professores.	Percepção e iniciativas de profs da Educação Básica. Complexidade ambiental.
6		EA: ponte entre diferentes áreas do conhecimento.	Cooperação na construção de cultura contra-hegemônica.
7		Educação Museal - Família e educação escolar.	EA e formação continuada de professores. Recém doutorada: EA e resíduos tóxicos com professores do EF.
8	EA e grupos marginalizados.	EA, exclusão social e metodologias participativas.	O movimento ambientalista no RJ.
9	Indicadores de Sustentabilidade ambiental em UCs.	Projeto: não-dito	

10		Experiências de EA na escola e em reserva de mata nativa. Percepção dos alunos da relação homem/ natureza e as mudanças de atitudes.	
11	Monografia do BACHARELADO – A construção do conceito de Espaço e Meio Ambiente entre professores do EF.	EA no Centro de EA do Parque Nacional da Tijuca.	
12	Monografia: tema - Saúde e trabalho.	Mobilização social e EA em andamento no Estado do Espírito Santo.	
13			EA - paradigmas e práticas de interpretação da realidade na educação formal e não-formal.
14		Projeto: buscar a conexão entre educação e EA.	
15	LICENCIATURA: A EA nas escolas públicas. Projeto: Diagnóstico sobre a percepção de ambiente da comunidade escolar.	Práticas pedagógicas em EA e representação de alunos sobre problemas do MA.	Representações sociais de profs. de Ciências e a influência nas práticas cotidianas dos alunos.
16	ESPECIALIZAÇÃO: EA no manguezal: Projeto Experimental de Trilhas com profs e alunos do EF.	Formação e atuação de professores da EI com a EA a partir da LDB.	
17	Monografia do BACHARELADO: Programa de MA: EA nas escolas públicas na Univ e na Chapada Diamantina.		Não-dito
18	Monografia do BACHARELADO: Contribuição para o diagnóstico sócio-ambiental do manguezal do Jequiá.	EA nas escolas dos assentamentos da reforma agrária – MST.	
21		EA escolar praticada no Jardim Botânico.	Conflitos socioambientais nas comunidades do entorno do JBRJ.
22		Pesquisa sobre o SIBEA.	Projeto: Estudo sobre a contribuição das Tecnologias da Informação e Comunicação no contexto formal de ensino de PPG em Educação Ambiental do Brasil e da Espanha.
OBS: Nos espaços em branco não foram especificadas as pesquisas em EA. O memorial 19 não realizou pesquisas em EA.			

Além da produção de pesquisas destaque, em seguida, um exemplo da relação entre EA e práticas no campo da extensão acadêmica:

“Ao longo de quatro anos trabalhei na comissão de recepção aos calouros, (...). Pessoalmente, a riqueza da experiência estava ligada sobretudo à possibilidade de conciliar a questão ambiental com a prática educativa, uma vez que este enfoque permeava todas as atividades que planejávamos. Estas recepções priorizavam então, três aspectos não abrangidos pelos cursos de graduação presentes no campus: a socialização, a interdisciplinaridade e a inserção do aspecto ambiental nas diferentes carreiras.

Pude fazer um exercício menor de junção prática entre educação e ambiente na Comissão Organizadora do Dia Mundial do Meio Ambiente. Entre as atividades incluíamos cursos, palestras, excursões, filmes e dinâmicas de grupo para toda a comunidade universitária local.

Apesar de todas essas atividades, do ponto de vista acadêmico, preocupava-me a falta de um estágio prático e assim acabei me envolvendo com um projeto de extensão universitária, realizado na comunidade rural de Eldorado Paulista, no Vale do Ribeira. (...)” (MEMO 4)

“No começo de 1995, surge uma oportunidade de estágio na área de Educação Ambiental, tema sobre o qual sempre tive vontade de saber mais. Era apenas uma vaga, para a qual acabei sendo selecionada. Foi quando meus planos de adolescência começaram a tomar um outro rumo...

O projeto Condições Ambientais e Educação Ambiental no Entorno do Manguezal da Vila dos Funcionários (...) contava com duas equipes de trabalho: a que realizava o levantamento ecológico da área e a que trabalhava na elaboração e concretização de projetos de educação ambiental com a comunidade da Vila dos Funcionários. Trabalhando nesta segunda equipe, pela primeira vez estava envolvida num trabalho realmente voltado para a área social, fazendo parte da interface universidade/população. Esta meta universitária, a mais desprezada da tríade ensino-pesquisa-extensão é, em contrapartida, a que mais realizações pode trazer a um profissional interessado na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Neste trabalho eu vi de perto o quão necessária e indispensável é a parte de um projeto - qualquer que seja ele - que esteja voltada para o aspecto social”. (MEMO 5)

A partir da experiência na extensão um graduando obteve subsídios para pensar na pós-graduação, como veremos no exemplo, a seguir:

“Como já disse, foram essas as matérias que estimularam ainda mais o meu interesse pela área da educação ambiental e deram o fechamento às minhas idéias iniciais para a construção de um objeto para investigar no mestrado”. (MEMO 22, referindo-se às matérias jornalísticas por ele realizadas durante o estágio no projeto do Jornal da Universidade)

Dois educadores (M7 e M15) tiveram sua inserção na EA relacionadas com o mestrado, mas não só através dele visto que, nesta altura de suas trajetórias, já haviam estabelecido algum tipo de atividade produtiva, já se inseriam no mundo do trabalho. No caso do educador

ambiental (M15), incentivado por questões da docência no Ensino Fundamental e Médio optou pela realização do mestrado em educação, onde desenvolveu a pesquisa sobre “*Práticas pedagógicas em Educação Ambiental e representação de alunos sobre problemas do Meio Ambiente*”. No caso da educadora, seus estímulos rumo a EA ocorreram logo após o retorno do mestrado, no exterior.

“Em 1996 voltei ao Brasil. No ano seguinte comecei a participar de ações em educação ambiental (EA) com a participação no IV Fórum de Educação Ambiental, que incluiu a apresentação de um trabalho sobre rede, a frequência a um Grupo de Trabalho sobre meio ambiente como tema transversal, coordenado por Silvia Pompéia, e um curso, sobre EA e Comunicação. No mesmo ano cursei a disciplina A temática ambiental e o processo educativo, como aluna especial, com o professor, Luiz Marcelo de Carvalho, que seria meu orientador no doutorado. Em 1998 fui aprovada no processo seletivo no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Neto (UNESP) em Araraquara, com um projeto na área de EA e formação continuada de professores”. (MEMO 7)

Considerando a centralidade do trabalho e a necessidade de formação continuada, ambas no meu antever, extremamente relacionadas, não se atribui a idéia de isolamento em termos de aporte de idéias e aprendizados afinal, trava-se um debate com indivíduos sócio-historicamente situados.

Diferentemente da graduação, período em que o aluno está mais predisposto a diferentes possibilidades e oportunidades, na pós-graduação a maioria já possui vínculo empregatício, mesmo que precário (como no caso do M12, dentre outros) . Há uma única exceção de um dos educadores ambientais que não relata vínculo algum de trabalho (M22). Desta forma, verificou-se também o estabelecimento de uma significativa interrelação entre a pesquisa desenvolvida por estes sujeitos e as demandas originadas a partir dos trabalhos que executam, seja na docência ou em outras funções.

As experiências do trabalho como educador surgem, comparativamente, como significativas e vão subsidiar estudos aproximando os educadores da EA. A temática educativa como um todo e

a EA vão surgir como alvo das pesquisas de pós-graduação de vários dos investigados.

“O tema que agora estudo é educação ambiental. As atividades docentes, por estarem ligadas ao curso de Ciências Biológicas encontram na XXX um espaço privilegiado para o desenvolvimento dos estudos em educação ambiental. Por outro lado, uma rápida análise sobre esta área demonstra que, de uma forma geral, os profissionais que vem atuando na educação ambiental são da biologia, geografia, e áreas afins. Neste sentido pode ser importante a contribuição de professores/pesquisadores da área da educação.

Depois de redefinida esta área de pesquisa, a partir das necessidades acima apontadas, iniciei minha vinculação ao programa de doutorado em educação na Faculdade de Educação da XXXX”. (MEMO 13)

Dando prosseguimento a este sub-ítem da análise dos documentos, aponto as considerações sobre a participação em eventos de ordem acadêmica - com e sem a apresentação e publicação de trabalhos – que tiveram significação e destaque nas trajetórias estudadas. A maioria dos educadores ambientais relatou sua produção em termos de elaboração de resultados das pesquisas realizadas e sua apresentação em eventos que envolveram direta ou indiretamente a EA. Alguns educadores indicaram a participação em eventos onde relataram experiências de investigação. Vejamos:

“Apresentei recortes da minha dissertação em diversos encontros de Educação e de ensino de Ciências”. (...) Considero que as mesas redondas, palestras, seminários e bancas dos quais participei - que trataram de temas aparentemente tão diversos quanto Educação Ambiental, Biologia escolar, Transposição Didática e Livro Didático - são um claro reflexo da minha passagem por esses campos e também da minha atividade docente no nível básico e superior”. (MEMO 1)

“A pesquisa que realizei com esta turma na Escola Municipal (...) transformou-se em um trabalho que apresentamos no X ENDIPE, realizado na UERJ, em junho de 2000; (...)

Tenho participado de muitos seminários, congressos e outros fóruns importantes para minha formação. Entre esses eventos, destaco o “Primeiro Encontro Nacional de Educação Para o Meio Ambiente”. Aprendi, nesse encontro, que a crise que estamos enfrentando não é apenas social, trata-se de uma crise socioambiental”. (MEMO 6)

“Durante todo o período de Pós-graduação pude participar de congressos, seminários e reuniões na área de educação e educação ambiental”. (MEMO 21)

Finalizando a apresentação da produção realizada na etapa formativa, exploro o que denominei de interlocutores dos Educadores Ambientais, ou seja, aqueles autores e/ou professores que tiveram influência em suas trajetórias, nas escolhas epistemológicas, filosóficas, metodológicas etc., enfim, que tornaram suas idéias e ensinamentos parte do diálogo incorporado a sua produção, transformando-se em personagens centrais de sua formação.

“No campo da transposição didática, trabalhei principalmente com Yves Chevallard (um dos autores mais importantes nessa discussão), mas também dialoguei com autores dos campos do Currículo e dos Saberes Docentes, tais como Michael Apple, Tomas Popkewitz, Jean-Claude Forquin, Ivor Goodson, Maurice Tardif e Alice Casimiro Lopes. (...) Transitar por entre autores de áreas tão distintas foi, para mim, um dos aspectos mais interessantes deste trabalho”. (MEMO 1)

“Edgar Morin foi uma descoberta nos bancos da UFF. Interessei-me por sua produção teórica, principalmente pelo Método I (1997), onde encontrei várias categorias para a construção de uma análise da realidade sócio-ambiental sob o olhar da complexidade. Ao mesmo tempo, tive a oportunidade de fazer três disciplinas com a Profª Drª Cecília Goulart que me acendeu o interesse sobre a relação linguagem/subjetividade. Com estes elementos teóricos, construí uma problemática de pesquisa onde, com base na teoria-método de Edgar Morin e na teoria ideológico/enunciativa de Mikail Bakhtin, refleti sobre a limitação compreensiva e a incapacidade discursiva das sociedades atuais diante dos fenômenos sócio-ambientais, dentro de um contexto escolar”. (MEMO 2)

5.4

O trabalho e a sua relação com o processo de formação

Alguns Educadores Ambientais relataram que o ingresso na EA aconteceu a partir de ações do trabalho. Tais ações são tão diversificadas quanto as funções ocupadas pelos trabalhadores, conforme apresentado anteriormente. No exercício de suas funções realizam desde o

desenvolvimento de projetos nas escolas e parques, até a liderança de grupo de pesquisa em grandes universidades públicas, passando por consultorias e pelo trabalho voluntário (Quadro 5).

Partindo de suas demandas de aperfeiçoamento – seja pela necessidade de aprofundar ou apreender conhecimentos, pela necessidade de ingresso no mercado de trabalho, seja por critérios de ascensão profissional baseadas no aumento da qualificação⁶⁰ – fazem escolhas entre o desejável e o possível em termos de formação. Dessa forma, considero que o trabalho assume a sua centralidade impondo demandas e possibilidades.

Neste item, objetiva-se perceber se existe um movimento de interrelação entre a trajetória de formação - iniciada, em alguns casos, antes mesmo do ingresso na graduação e se deslocando em direção a pós-graduação - e as ações realizadas no trabalho, em seus distintos ambientes.

Com a análise dos memoriais verifica-se que um grupo significativo (12) não teve vínculos formais de trabalho⁶¹ durante a formação inicial. Há exemplos que trabalharam, mas em áreas distintas da formação. Por exemplo, M15 que inicia seu ingresso no mundo do trabalho em uma empresa estadual de Água e Esgoto, antes e durante parte do período da graduação. Outro exemplo, necessita ingressar no mundo do trabalho durante a graduação em empresa de seguros (M18), área também discrepante em relação a formação mas, segundo seu depoimento, havia a necessidade de se manter enquanto estudava, pois não há bolsa de estudos ou de estágio, conforme apresentado anteriormente.

No caso da interlocutora que fez o curso técnico em química não se mantém a mesma linha que os citados acima. Ela opta na graduação pelo curso de biologia, apesar da afinidade entre as áreas. Entretanto, durante este período vai se manter trabalhando na profissão que possui – técnica em química em uma empresa privada (M17).

60 Aqui o aumento da qualificação é entendida como “elemento diferenciador” (Neves e Leite, 1998) para o acesso ao mundo do trabalho, ou seja, seriam os cursos pré-formação inicial.

61 Ou seja, o trabalho como forma de sobrevivência, isto é, o trabalho assalariado.

Também existem relatos sobre o ingresso na profissão sem a formação adequada, como em M20 que cursa comunicação, mas vai lecionar na Educação Infantil ou M18 que ingressa na docência sem ter cursado a Licenciatura.

Há ainda exemplos daqueles que na graduação trabalharam em áreas afins à carreira escolhida. Dentre os que cursaram no Ensino Médio o curso normal, há a manutenção da escolha pela educação através da opção pela licenciatura, além disso, permanecem no campo educacional exercendo o magistério ainda durante a graduação (M2). Outros, vão lecionar em suas áreas de estudo ainda durante a graduação, através de convite de escolas privadas no Ensino Fundamental e Médio – M6, M11, M15 e M18 - e na Educação Infantil - M7. Um dos sujeitos vai trabalhar na área de jornalismo, o que se relaciona com o seu curso de graduação em Letras – M22.

Um número significativo de educadores apontaram uma “transição natural”, isto é, recém-formados foram convidados e contratados pela iniciativa privada para ingressarem no mercado de trabalho – M1, M4, M6, M13, M16, M18, M19 e M20. Alguns também seguiram o caminho da seleção pública para ingresso nas funções para as quais se qualificaram na graduação – M1, M2, M3, M4, M5, M7, M10, M11, M13, M14, M15, M16, M19, M21. Há os que permaneceram como convidados desenvolvendo pesquisas na Universidade em parceria com a escola (M14) ou com outras instituições de pesquisa (M3).

Os sem vínculo empregatício (M8, M9, M12 e M22) recorrem a duas opções: vão permanecer na informalidade (M9 e M12) e, mais tarde, pleiteiam a vaga na pós-graduação *Lato sensu* (M12) e no *Stricto sensu* (M9) ou ingressam diretamente no mestrado, como M8 e M22, além de M5 - que passa para a rede estadual como professora, mas abre mão em virtude do ingresso imediato no curso de mestrado, em outro estado.

Durante o período de realização da(s) pós-graduação (ões) apenas uma educadora (M6) informou o afastamento integral do trabalho. Os demais mantiveram-se no exercício profissional ao mesmo tempo que assistiam aula, entregavam-se aos estudos e a pesquisa.

Durante a pós-graduação e recém pós-graduados, alguns continuaram atuando nas mesmas funções: em relação à especialização (M7 e M12), ao mestrado (M2, M10 e M18) e ao doutorado (M2, M6 e M8). Houve também a ampliação da inserção no mundo do trabalho, incluindo novas funções e atividades durante a especialização (M4 e M16), durante o mestrado (M3, M6, M11, M12, M15, M16, M20) e o doutorado (M7, M8, M13, M15, M20 e M21).

Alguns educadores ambientais ao longo da pós-graduação vão seguir por caminhos profissionais distintos daqueles apontados anteriormente, alguns mudarão o tipo de atividade desenvolvida, como M1, que sairá da educação formal para a não-formal, após pedir demissão de seu emprego público; M3, que ingressará na docência em instituição pública; duas educadoras que trilharão o inverso, isto é, sairão do serviço público (M4) e do privado (M20) como professoras para a informalidade do trabalho no terceiro setor; M17 que sai da CIA privada onde atua como técnica em Química para a docência em instituição pública de ensino e, logo após, para o cargo de funcionária pública concursada do IBAMA, outra exemplo, a educadora (M6) que sai do ensino em instituição privada para ao ensino público.

Outros educadores apenas mudarão suas condições de trabalho: mudarão da docência na Educação Básica para o Ensino Superior (após a especialização M13 ou o mestrado M15) e após o doutorado (M7 e M20).

Dos educadores ambientais analisados, alguns permaneceram como bolsistas e/ou em contratos sem vínculos permanentes de trabalho (M4, M5, M9, M14, M21, M22) durante o curso de mestrado.

Como relatado no item 5.1 há aqueles que desenvolveram durante a formação e ainda desenvolvem trabalho voluntário, geralmente em conexão com organizações do terceiro setor ou em grupos de estudo. Tais ações são variadas e envolvem atividades, como: alfabetização de adultos (somente durante a Formação Inicial – MEMO 4); realização de oficinas para professores de escolas públicas junto com seu Grupo de Estudos (experiência desenvolvida durante o primeiro ano da Formação Inicial - MEMO 6); movimento de defesa da amazônica (trabalho

desenvolvido junto ao movimento social no exterior durante o curso de Mestrado - MEMO 7), trabalhos comunitários e projetos educativos com comunidades (durante o Doutorado até a época de construção do memorial – MEMO 7); participação em organizações e coletivos ambientalistas diversos (desde a Formação Inicial – MEMO 8); componente do grupo de voluntários em ONG ambientalista (durante o mestrado – MEMO 3), no Grupo de Trabalho de EA, também como membro da REBEA (da Formação Inicial até o ingresso no mestrado – MEMO 9); participação em Grupo de Estudo que colabora com o MST (do final da graduação ao mestrado - MEMO 18); participação em Núcleo ligado ao Movimento Social (durante o Mestrado) e de rede de educadores e escritores sobre experiências educacionais sustentáveis (Doutorado - MEMO 20). Não foram consideradas como ações de voluntariado, aquelas reportadas nos memoriais como eventos de formação, ligados à extensão ou à pesquisa acadêmica, conforme apresentado no item 5.3.

O trabalho voluntário contribuiu para o processo de formação e de inserção no trabalho. Vejamos alguns destaques, onde o primeiro exemplo se dá em relação ao período da graduação, o segundo após o mestrado e o terceiro em referência a ações desenvolvidas após a conclusão da graduação.

“A interação com o grupo aconteceu devido ao meu interesse em aprofundar os estudos sobre o trabalho de Piaget. Nesses estudos, elaborávamos oficinas de Ciências que realizávamos em cursos de Metodologia do Ensino de Ciências para professores de escolas públicas de Niterói.

Este é um belo resultado de um processo educativo fundamentado na cooperação. Foi ele que fez com que, apesar de não ter concluído o curso de Física, tenha sido este curso mais significativo para a minha formação como educadora; do que o curso de Ciências Biológicas no qual completei a graduação”. (MEMO 6)

“Opto pela organização cronológica para este relato das atividades relativas à prestação de serviços à comunidade. Apesar de sempre ter tido uma concepção do trabalho educativo fortemente vinculada ao trabalho com a comunidade, foi a partir da organização do seminário A pré-escola em debate, na PUC de São Paulo, em 1990 que iniciei este tipo de atividade. Seguiu-se a organização de outros eventos, mais recentemente, tendo a questão ambiental ou a educação ambiental como foco. Destaco, dentre eles, a organização dos eventos de educação ambiental no âmbito da Bacia Hidrográfica dos rios Tietê-Jacaré, realizados desde 1999 em São Carlos (EA 1999, EA 2000, EA 2001, EA 2002,

EA 2003 e EA 2004). *Tal participação vem se efetivando através da atuação na Associação para Proteção Ambiental de São Carlos (APASC). Minha atuação em movimentos sociais teve início quando morei em Nova York e desenvolvi trabalho voluntário junto à Amanaka'a Amazon Network, uma organização não governamental que tinha por missão dar visibilidade e apoio aos povos da Amazônia nos Estados Unidos. Dentre as atividades desenvolvidas destacaram-se a promoção da IV e V Semana da Amazônia e de campanhas, o acompanhamento de associados, coordenação de voluntários e a captação de recursos". (MEMO 7)*

"Participo ativamente das comissões Miracatu, Itaguaré, Livro e Associação desde que foram criadas. Colaborei com a elaboração da "Metodologia de Análise das Regiões", escrevi boa parte dos textos de divulgação da ONG e fiz parte da comissão que escolheu a região do PIMA, quando tive a oportunidade de conhecer e pesquisar as regiões candidatas. Colaborei na elaboração e execução da última divulgação da ONG pelo Orkut, que fez dobrar o número de associados do iBiosfera (viva!) e escrevi também alguns textos sobre a ONG para o nosso site. Atualmente faço parte do GT Educação Ambiental, onde estamos preparando um questionário para levantar o perfil do grupo (...). Faço parte também do GT Agronomia, onde estamos tentando criar um manual de plantio de mudas para os associados". (MEMO 9)

Existe uma relação explicitamente colocada pelos educadores ambientais entre a formação e o mundo do trabalho, é mais do que meramente uma relação de causa e efeito. Há um movimento em direção à pós-graduação, um processo de expansão – agora, em direção ao doutorado - onde quanto maiores os desafios do mundo do trabalho maior é a necessidade de formação. Visto de outro ângulo, tal necessidade se parea a difundida idéia neoliberal de quanto mais formação (ou melhor, especialização), mais oportunidade no mercado de trabalho. Um outro fator, relacionado diretamente a um grupo específico - o funcionalismo público – aponta a interferência das políticas de “valorização” da formação. Por fim, sendo a EA uma arena de lutas pela transformação socioambiental não é de se estranhar que os profissionais busquem o aprimoramento relatado em virtude dos amplos desafios e da variedade de possibilidades em termos de atuação profissional no campo.

No próximo capítulo aproximo-me destas discussões.